

Assassinato de Ana Lúdia volta a ser investigado

Brasília — O processo de rapto e assassinato por estrangulamento de uma menina de sete anos, Ana Lúdia Braga, no final do Governo Médici, em 1973, envolvendo não só o irmão da vítima, Álvaro, como também os filhos do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e do líder do Governo do Senado, Eurico Rezende, foi reaberto pelo Juiz de Execuções Criminais Eleunauro Batista dos Santos.

O magistrado deu prazo de 30 dias à Delegacia de Homicídios para novas investigações, que já haviam sido refeitas em 1982, quando era Secretário de Segurança do Distrito Federal o Coronel Lauro Melchíades Rieth. As primeiras averiguações, em 1973, foram conduzidas por Aidano José Faria, hoje advogado da família do jornalista Mário Eugênio, assassinado na gestão de Rieth.

Nova República

O Juiz Eleunauro Batista dos Santos justificou a reabertura do processo como “consequência da novidade administrativa recentemente instalada, em que evidencia-se o propósito por parte do Governo do Distrito Federal de buscar a cabal elucidação de crimes ditos insolúveis”.

No dia 11 de setembro de 1973, Ana Lúdia foi encontrada morta, com sinais de sevícias e de violência sexual, nas proximidades do campus da Universidade de Brasília. Na época, dois suspeitos foram indiciados no processo: Álvaro Henrique Braga, identificado como irmão de Ana Lúdia, e um funcionário do DASP, subordinado à mãe da vítima, Raimundo Lacerda Duque. Ficou provado que Álvaro estava envolvido com tráfico de drogas. E Duque, outro traficante, acabou confessando que já cometera um homicídio e dois assaltos, além de ter tentado, mais de uma vez, praticar atos libidinosos com crianças.

O enredo dessa história, contudo, sempre esteve mergulhado em mistério. Dizia-se que havia mais envolvidos, filhos de figuras preeminentes da política, especialmente Alfredo Buzaid Júnior e Eduardo Ribeiro de Rezende, que em 1972 fora preso numa superquadra por estar fumando maconha em um automóvel. O então Ministro Jarbas Passarinho, hoje teste-

munha de defesa de Lauro Rieth (acusado de mandar matar Mário Eugênio), intercedeu em favor das duas famílias, através de cartas à imprensa, à época submetida à censura.

Os jornais receberam a advertência de que não deviam tocar no assunto, e as investigações não deram em nada: os dois únicos implicados foram absolvidos por falta de provas.

Morosidade policial

Em dezembro de 1977, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal reabriu o caso, mas, só em setembro de 1982, cinco anos depois, fez-se algum movimento, na Polícia, para atender à determinação judicial.

Em novembro de 1983, o delegado Everardo Correia foi afastado das investigações por ordem do Secretário de Segurança, Lauro Rieth, mas o delegado de Homicídios, José Roriz Tormin, atribuiu o “remanejamento” à falta de discricção de Correia em relação ao seu trabalho no inquérito, considerado sigiloso.

Exumação frustrada

Em 1975, fora noticiado discretamente que Alfredo Buzaid Júnior morrera em um desastre de automóvel e fora enterrado numa cidade do interior do Paraná. Com a reabertura do processo, o advogado Pedro Calmon, defensor de Raimundo Duque, pediu à Justiça a exumação do corpo. Calmon suspeitava de que não havia cadáver nenhum na sepultura do cemitério de Cascavel na qual se dizia que fora enterrado o filho do Ministro de Médici: “Como é que os pais não trazem o corpo do filho para sepultar no mausoléu da família, deixando-o ficar num túmulo em Cascavel?”

O advogado alardeava também que era voz geral em Brasília “que Alfredinho está vivo e morando no exterior. Cabe a seu pai, o ex-Ministro Buzaid, apresentar o filho à Justiça. Ele que tem o poder de julgar qualquer brasileiro no Supremo (Buzaid, em 1983, era Ministro do STF) e sobre quem pesa a obrigação de promover a justiça”.

Nem o corpo foi exumado nem as investigações da Secretaria de Segurança, sob a chefia do Coronel Rieth, conseguiram retirar Ana Lúdia do arquivo dos crimes insolúveis.